

## FLUÊNCIA COMPULSÓRIA E DESEJO DESVIANTE: NARRATIVA AUTOETNOGRÁFICA

*COMPULSORY FLUENCY AND DEVIANT DESIRE: AN AUTOETHNOGRAPHIC NARRATIVE*

Café Cafeseiro<sup>1</sup>

**Resumo:** este artigo apresenta uma narrativa autoetnográfica que articula a experiência da gagueira com as identidades LGBTQIA+, propondo uma análise crítica a partir dos Estudos Queer e Crip. Partindo da premissa de que a fluência é um pacto social e normativo, examina-se como a exigência de fala fluida, aqui denominada fluidocentrismo, funciona como tecnologia de controle e de regulação dos corpos. A gagueira, tradicionalmente reduzida a uma patologia da fala, é compreendida neste trabalho como marcador social da diferença, a partir do qual se produzem e se regulam legitimidade, autoridade e pertencimento. A narrativa evidencia que a experiência de gaguejar não se limita ao campo biomédico, mas se inscreve em uma rede de significados que atravessa gênero, sexualidade e estigma. Tal como a dissidência sexual, a disfluência desafia normas hegemônicas, sendo constantemente enquadrada como falha moral ou desvio a ser corrigido. Ao mobilizar teóricos como Goffman (1975) Becker (2019) Butler (2008) e McRuer (2006; 2024), o estudo demonstra como os discursos sobre normalidade sustentam práticas de exclusão que atravessam tanto a fala quanto o desejo.

**Palavras-chave:** Gagueira; Estigma; Fluidocentrismo; Autoetnografia; Dissidência.

**Abstract:** this article presents an autoethnographic narrative that interweaves the experience of stuttering with LGBTQIA+ identities, offering a critical analysis grounded in Queer and Crip Studies. Starting from the premise that fluency is a social and normative pact, it examines how the demand for fluent speech, here referred to as fluidocentrism, functions as a technology of control and regulation over bodies. Stuttering, traditionally reduced to a speech pathology, is understood in this work as a social marker of difference and as a site of symbolic struggle, where legitimacy, authority, and belonging are negotiated. The narrative demonstrates that the experience of stuttering is not confined to the biomedical domain but is inscribed within a network of meanings that traverses gender, sexuality, and stigma. Like sexual dissidence, disfluency challenges hegemonic norms and is persistently framed as a moral failure or a deviation to be corrected. By mobilizing theorists such as Goffman (1975), Becker (2019), Butler (2008), and McRuer (2006; 2024), the study shows how discourses of normality sustain exclusionary practices that cut across both speech and desire.

**Keywords:** Stuttering; Stigma; Fluidocentrism; Autoethnography; Dissidence.

### 1 INTRODUÇÃO

Começo este estudo a partir de um olhar que-que-que atravessa a própria história de vida. Nasci em 14 de fevereiro de 2001, no Hospital Sagrada Família, localizado em Salvador-BA. Minha relação com a ga...gagueira surge como uma narrativa marcada por momentos de angústia e de desamparo fantasiado de amparo. Recordo vividamente da infância, onde a fluidez da comunicação era um domínio tão natural e descomplicado para os outros, mas um-um-um labirinto de frustração e vergonha para este corpo.

Aprendi cedo que a sociedade exige fluidez, nas falas, nos discursos, nos corpos, nos desejos, e que qualquer desvio desse ideal era encarado como uma falha a ser corrigida ou um incômodo a ser tolerado. Cada apresentação oral, cada chamada em sala de aula, cada

<sup>1</sup> Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

tentativa de me expressar carregava o peso do olhar alheio e da antecipação da interrupção. A experiência de falar, ou, mais precisamente, de tentar falar dentro de um modelo de fluência normativa, evidenciava não somente a dificuldade individual, mas um sistema que penaliza e marginaliza as vozes que não seguem seu compasso.

Paralelamente, a identidade LGBTQIA+ emergia como outro eixo de dissidência. A descoberta e afirmação da orientação sexual trouxe à tona uma nova camada de enfrentamento das normas sociais, desta vez para além do campo da comunicação verbal, mas também no modo como meu corpo e minhas relações eram lidas e categorizadas. Assim como na experiência da gagueira, a dissidência sexual implicava um constante estado de alerta, uma vigilância interna e externa sobre como e quando seria possível existir sem ser alvo de correção, exclusão ou violência.

Diferente da narrativa biomédica que frequentemente busca corrigir, normalizar ou ajustar corpos e vozes desviantes, foi na própria experiência que se revelou uma forma de resistência. Após um longo processo em que minha família tentou “curar” minha gagueira, a decisão de não buscar mais terapias corretivas que visavam “amenizar” a gagueira tornou-se, com o tempo, um gesto de resignificação e resistência da relação com a fala. Assim como a escolha de afirmar a identidade LGBTQIA+, esse posicionamento confrontava um sistema que insiste em moldar subjetividades a partir de um ideal excludente de normalidade.

A compreensão da gagueira enquanto fenômeno social ultrapassa sua definição biomédica restrita à patologia do discurso. Pesquisadores como St. Pierre (2015) argumentam que a gagueira precisa ser pensada dentro das estruturas sociais que a moldam, pois não é unicamente um desvio da norma linguística, mas um local de disputa sobre quem tem o direito de falar e de ser ouvido. Essa perspectiva se alinha ao conceito de corponormatividade, descrito por McRuer (2006; 2024) como o co-co-conjunto de expectativas sociais que impõem um ideal de funcionalidade ao corpo. Assim, a gagueira, muito além de um fenômeno fisiológico, torna-se um marcador que expõe as dinâmicas de exclusão e poder nos espaços discursivos.

No contexto das identidades dissidentes, Butler (2008) traz que a performatividade do gênero não é um dado fixo, mas um processo reiterativo e regulado por normas sociais que buscam estabilizar identidades dentro de padrões inteligíveis. Da mesma maneira, a fluência compulsória – a que denomino fluidocentrismo – pode ser compreendida como uma imposição performativa que, ao exigir uma normatividade da fala, regula não só os discursos, mas os próprios sujeitos que os emitem.

É nesse ponto que a noção de interseccionalidade, cunhada por Crenshaw (1991), assume um papel essencial. Ao evidenciar como múltiplos sistemas de opressão, tais como o racismo, o sexismo, a LGBTfobia e, aqui proponho, a normatividade fluente, se entrelaçam e se reforçam mutuamente, a interseccionalidade oferece um aparato teórico

fundamental para compreender as sobreposições de vulnerabilidade e exclusão. A gagueira, enquanto marcador de alteridade comunicacional, e a identidade LGBTQIA+, enquanto expressão de dissidência sexual e de gênero, articulam-se em uma zona de fricção onde a diferença é constantemente monitorada, corrigida e sancionada.

Além disto, esse processo é evidenciado nas falas de sujeitos que experienciam a exclusão em múltiplos níveis. Em um relato citado por Van Riper (1982, p. 231, tradução do própria), um homem negro gago afirma: “Sempre que eu gaguejo, você fica mais branco e eu mais preto. Sempre que gaguejo para um homem branco, envergonho toda a minha raça. Se eu pudesse tirar minha raça das minhas costas, eu poderia lidar com minha boca”. Essa declaração encarna, de modo visceral, a complexidade das interações entre raça, normatividade na fluência e masculinidade em um regime normativo que racializa, patologiza e desqualifica sujeitos fora da norma.

A partir dessa perspectiva, podemos ver que as formas de subordinação não operam isoladamente, mas se entrelaçam em estruturas sobrepostas que produzem experiências singulares de opressão. O sujeito do relato não vivencia somente a gagueira, mas carrega consigo o peso simbólico de uma masculinidade negra constantemente vigiada e desumanizada dentro de uma matriz sociocultural branca e normativamente fluente. A experiência da gagueira, nesse contexto, não é apenas um marcador clínico, mas atua como catalisador de vergonha racial, sentimento de inadequação coletiva e tensão intersubjetiva.

Quando considero a autoetnografia como método central desta pesquisa, insiro-me dentro de uma tradição que valo-valoriza a experiência encarnada como produtora de conhecimento. Ellis e Bochner (2000) destacam que a autoetnografia permite uma articulação entre o pessoal e o estrutural, evidenciando as formas como subjetividades são produzidas e reguladas no tecido social. Dessa maneira, a confluência entre a gagueira e minha identidade LGBTQIA+ não é um mero acaso autoetnográfico, mas um ponto central para compreender como normas sociais operam na regulação dos corpos e das vozes. Utilizando essa abordagem, proponho uma reflexão sobre os modos de regulação que definem quem pode falar e ser ouvido, quem pode existir e ser reconhecido, e como aqueles que ocupam esses espaços de dissidência constroem estratégias de resistência e afirmação. Por isso, ao investigar minha experiência, pretendo ir além de relatar um percurso individual, buscando evidenciar as múltiplas camadas que conformam a subjetivação de corpos e vozes dissidentes, desafiando as normatividades impostas.

Este estudo dialoga com os campos dos estudos *queer* e *crip*, mas também tensiona a noção de deficiência enquanto marcador de identidade, sugerindo que a gagueira pode ser compreendida como um campo de resistência à fluência compulsória. Seguindo as contribuições de Kafer (2013), que propõe uma visão política da deficiência, argumentarei

<sup>2</sup> Tradução do Autor. No original: “A black stutterer said, ‘Whenever I stutter, you become whiter and I blacker. Whenever I stutter to a white man, I shame my whole race. If I could only get my race off my back, I could handle my mouth’ (Van Riper, 1982, p. 231).

que a gagueira, longe de ser uma insuficiência a ser corrigida, pode ser apropriada como um gesto de resistência contra a-a-a lógica produtivista que privilegia corpos e vozes eficientes. Assim, este trabalho busca contribuir para a ampliação das discussões sobre normatividade, identidade e agência, ao mesmo tempo em que reafirma a potência da dissidência como um espaço de criação e transformação.

## 2 A FLUÊNCIA COMO NORMA E DISPOSITIVO DE CONTROLE

A fluência verbal, mais do que um simples atributo da comunicação humana, constitui-se como um construto social que opera como norma e como dispositivo de controle. Essa normatização impõe padrões comunicativos que delimitam quem tem legitimidade para participar de espaços públicos e privados e quem é relegado a uma posição marginalizada dentro do tecido social. Como argumenta Foucault (1975), as normas funcionam não só como critérios de pertencimento, mas também como mecanismos disciplinares que regulam os corpos e as práticas discursivas, produzindo subjetividades conformadas a determinados padrões de inteligibilidade.

Nesse sentido, a fluência não é simplesmente um ideal linguístico, mas um regime que estrutura interações sociais, favorecendo aqueles que dominam os códigos normativos e excluindo os que se desviam deles. reforça essa ideia ao demonstrar que a linguagem é um dos principais instrumentos de poder simbólico, um capital que confere distinção e legitimidade aos indivíduos que o possuem. Com isso, aqueles que apresentam disfluências são frequentemente percebidos como in...incompetentes.

A imposição da fluência como norma não é um fenômeno recente, mas parte de uma longa história de regulação das práticas comunicativas, diretamente relacionada a valores de racionalidade e eficiência. No mundo contemporâneo, em que a performatividade da linguagem é um requisito essencial para a mobilidade social e o sucesso profissional, essa normatividade se manifesta de maneira ainda mais intensa em diversos contextos.

O filme *O Discurso do Rei* (2010) demonstra como a fluência opera como um dispositivo de poder que regula a participação dos sujeitos na esfera pública e política no século XX. A narrativa acompanha a trajetória do rei George VI, cuja gagueira se torna um obstáculo significativo em um momento histórico marcado pela crescente midiaticização do poder político, a dificuldade do monarca em atender às expectativas comunicativas impostas à sua posição demonstra a maneira como a fluidez é construída como um requisito fundamental da autoridade e da legitimidade.

No caso de George VI, a gagueira foi percebida não só como um problema individual, mas como um déficit institucional, na medida em que sua voz precisava incorporar a imagem de estabilidade e liderança esperada de um chefe de Estado. Assim, a gagueira não é meramente uma questão fisiológica, mas um marcador de inadequação dentro de uma estrutura social que associa competência e inteligência à fluência verbal.

A gagueira é frequentemente tratada como uma patologia, um erro a ser corrigido, uma falha a ser reparada. Durante anos, fui treinado para disfarçar, para me moldar, para esconder os vestígios da disfluência atrás de técnicas e truques que a tornassem menos evidente. “Respire fundo”, dizem. “Pense antes de falar.” “Fale devagar.” Mas o que sempre me incomodou foi o implacável “Se acalme.” Eu nunca estive nervoso.

A forma como a sociedade enxerga a gagueira não se limita a ser um desvio da norma; ela é também percebida como uma fraqueza de caráter, um sinal de descontrole, um obstáculo que só a força de vontade poderia superar. Como observa Garland-Thomson (2011), a modernidade patologiza corpos e formas de expressão que não se encaixam nos padrões hegemônicos, tratando-os como defeitos que exigem correção. No caso da gagueira, essa lógica se traduz na obsessão com a superação, na promessa de que, com esforço suficiente, a fluência será conquistada, como se falar sem hesitação fosse um requisito para existir plenamente no mundo.

Mas e se a fluência não for o único caminho legítimo? E se a verdadeira falha não estiver na fala disfluente, mas na imposição de um ideal de comunicação que silencia aqueles que não o alcançam?

### 3 FALHA QUE ESTIGMATIZA

A reflexão de Goffman (1975) sobre o estigma revela que ele não é uma característica inerente ao indivíduo, mas sim um resultado de processos sociais que classificam e hierarquizam os corpos. O estigma emerge quando um sujeito é rotulado e desacreditado por não corresponder às expectativas normativas estabelecidas pelo olhar do outro. Quem rotula, por sua vez, ocupa uma posição de privilégio dentro de um esquema classificatório que define sua própria condição como “normal”, ao passo que transforma o outro em um desvio. Goffman (1975) destaca:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso (Goffman, 1975, p. 6).

De acordo com Goffman (1975), o estigma pode ser categorizado em três formas principais: deformidades físicas, culpa de caráter ou identidade tribal. A gagueira, embora não seja uma “falha no caráter” no sentido estrito, é frequentemente interpretada como um desvio da norma comunicacional que sinaliza uma inadequação. O sujeito disfluente, ao interromper o fluxo esperado da linguagem, passa a ser alvo de significações que vão além

da dimensão fonética ou discursiva, sendo associado à fragilidade, ao nervosismo ou à incompetência. Esse julgamento social não se restringe ao âmbito da comunicação, mas se estende ao próprio valor do indivíduo dentro das interações sociais e institucionais, posicionando-o em uma constante condição de desvantagem.

Entretanto, acredito que a gagueira é socialmente construída não apenas como a marca de um distúrbio, mas como uma falha moral. A fala disfluente, ao perturbar o ideal normativo da comunicação eficiente, desestabiliza aqueles que habitam confortavelmente a fluência, gerando desconforto e aversão. Essa falha moral emerge da construção social que vincula juízo de valor a características que desviam das normas hegemônicas, atribuindo à gagueira não só um status de deficiência, mas também um déficit ético-comportamental. No cerne dessa construção está a crença de que a fluência é um imperativo comunicacional, um atributo essencial da racionalidade e da autodisciplina. Assim, aquele que gagueja e não se empenha suficientemente para alcançar a fala fluida é frequentemente percebido como alguém que fracassa não meramente na linguagem, mas na própria constituição subjetiva e social.

Essa perspectiva se intensifica à medida que a gagueira é enquadrada dentro de discursos clínicos e terapêuticos que a reduzem a um distúrbio tratável, uma deficiência que pode e deve ser corrigida. A ideia de tratamento corretivo da disfluência reforça a ideia de que há um percurso linear de superação, no qual a pessoa que gagueja deve se empenhar para atingir a fluência plena. Aquele que não busca ou não alcança essa fluidez idealizada pode ser visto como negligente, resignado à sua condição ou mesmo incapaz de realizar o esforço necessário para sua própria correção. Essa exigência moralizadora sugere que a ausência de fluência não é uma característica inerente do sujeito, mas um reflexo de sua disposição ou falta de vontade, reforçando o estigma de que gaguejar é uma escolha implícita ou um fracasso pessoal.

Nesse sentido, a noção de “falha moral” atribuída à gagueira não é um julgamento superficial ou circunstancial, mas uma construção enraizada na lógica normativa da comunicação e do corpo produtivo. Se falamos em falha moral, falamos de um desvio, de algo que “não deveria ser”. Esse desvio, no caso da gagueira, é percebido como uma transgressão ao modelo comunicacional ideal, onde a fluência opera como um signo de controle, inteligência e competência. Quando alguém gagueja, rompe-se a expectativa de uma fala limpa, previsível e eficiente, e nesse rompimento emerge uma forma de desestabilização social: o sujeito disfluente passa a ser lido não só como alguém que “fala errado”, mas como alguém que falha enquanto pessoa. Esse processo evidencia como a comunicação verbal, mais do que um simples instrumento de interação, é uma tecnologia de poder que disciplina corpos e subjetividades, delimitando quem pode falar e ser ouvido dentro das estruturas sociais.

Becker (2019) enfatiza que a noção de “desviante” não corresponde a um grupo homogêneo e tampouco inclui todos aqueles que, em tese, transgridem uma norma. Esse ponto é crucial para compreender a gagueira não meramente como uma condição da fala, mas como um fenômeno regulado por expectativas sociais e padrões de desempenho comunicativo, uma falha. Indivíduos que gaguejam podem ser marcados pelo estigma de desvio da fluência, ainda que sua comunicação não apresente comprometimentos significativos. Da mesma forma, há aqueles que conseguem escapar desse estigma ao adotar estratégias de camuflagem ou adaptação, evidenciando que a categorização da gagueira como uma deficiência não é estática, mas fortemente influenciada pelo contexto e pela percepção social.

De acordo Goffman (1975, p. 15), é quando “normais” e estigmatizados realmente se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam uma relação mais próxima: “[...] esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma”. Nesse encontro, a gagueira se torna uma fissura no tecido normativo da comunicação, pois obriga o interlocutor a lidar diretamente com aquilo que considera desajustado ou perturbador. A quebra da fluência é percebida como um constrangimento mútuo: de um lado, o sujeito disfluente, consciente do olhar estigmatizante; do outro, o falante fluente, desconfortável diante daquilo que escapa ao seu controle e expectativa. Nesse embate a gagueira é lida como uma falha moral, pois desafia a lógica de eficiência e domínio que estrutura as interações sociais cotidianas.

É como se o sujeito que gagueja carregasse consigo a prova viva de que a ordem pode falhar. Sua fala hesitante ou interrompida não se encaixa na cadência fluida esperada, e isso incomoda. Incomoda porque coloca o interlocutor fluente diante de uma quebra de ritmo que revela a artificialidade das expectativas de comunicação. Nesse sentido, o julgamento moral direcionado ao gago é um mecanismo de defesa: ao atribuir culpa ao sujeito que gagueja, a sociedade preserva a ilusão de que o controle absoluto sobre a fala e, por extensão, sobre o corpo e a mente, é um dever alcançável por todos. Aquele que não atinge essa expectativa é visto como negligente ou desinteressado, como se a gagueira fosse fruto de uma falta de vontade ou esforço pessoal.

Essa construção social da gagueira como “falha moral” impõe ao sujeito disfluente uma responsabilidade injusta e exaustiva. Ele precisa lidar com as dificuldades práticas de sua fala e carregar o peso simbólico de uma inadequação que lhe é atribuída. A cada palavra hesitada, ele precisa provar a si mesmo e ao outro que sua fala não é um reflexo de fraqueza ou incompetência. Esse julgamento moral constante força o sujeito a se adequar, a buscar incessantemente a “cura”, a esconder a disfluência a qualquer custo, mesmo que isso signifique sacrificar sua própria voz.

Os estigmatizados, como observa Goffman (1975), assumem um papel fundamental na vida dos ditos “normais”, pois funcionam como referências que demarcam as fronteiras

entre aquilo que é aceito e aquilo que é marginalizado no contexto social. A existência do estigmatizado permite que os indivíduos considerados normais se definam por oposição, reforçando o próprio pertencimento à norma ao contrastar-se com o desvio. Trata-se de uma dinâmica relacional que sustenta o estigma como um instrumento de controle social.

No entanto, Goffman (1975), identifica uma variação importante dessa relação, destacando que o papel do estigmatizado se torna ainda mais complexo quando sua diferença não é imediatamente revelada. É o que ele descreve como a condição do “desacreditável”: quando a marca estigmatizante não é visível à primeira vista, mas permanece latente, podendo ser revelada a qualquer momento. Nesse cenário, a gagueira ocupa esse lugar. Diferentemente de outras condições que são mais facilmente percebidas, a disfluência nem sempre se manifesta de maneira previsível; ela surge no fluxo da interação, rompendo a expectativa de fluência somente quando o ato comunicativo acontece.

Essa imprevisibilidade coloca o sujeito que gagueja em um estado de vigilância constante. Ele se torna desacreditável, alguém que pode “passar” por “normal” até que sua disfluência se revele. A fala, nesse contexto, é carregada de tensão e risco: cada interação comunicativa se torna um momento potencial de exposição, um instante em que o sujeito pode ser desmascarado e sua diferença se tornar pública. Assim, a gagueira marca a pessoa como “diferente” no momento em que se manifesta, mas também a coloca em uma posição ambígua, suspensa entre a visibilidade e a ocultação, entre o pertencimento e a exclusão.

Esse caráter instável do estigma cria um impacto duplo: por um lado, obriga o sujeito que gagueja a desenvolver estratégias de controle ou ocultação, como evitar situações de fala ou modificar seu discurso para minimizar a exposição; por outro, reforça o olhar desconfiado do interlocutor, que percebe a quebra da fluência como uma traição ao contrato social da comunicação. O silêncio ou a hesitação inesperada passam a ser interpretados como fraquezas, como falhas que confirmam a inadequação daquele que já era desacreditável.

Portanto, aquele que gagueja é estigmatizado quando sua disfluência se manifesta, mas carrega o peso antecipado do julgamento, tornando-se um sujeito permanentemente em risco. Essa condição torna o ato de falar um campo de prova constante, onde a exposição do estigma não é um evento, mas uma ameaça sempre iminente, que reforça a percepção da gagueira como uma “falha moral” que precisa ser superada. O simples ato de enunciar transforma-se em um exercício de autovigilância, uma negociação contínua entre a necessidade de expressar-se e o medo de ser invalidado. Nesse sentido, a gagueira não se limita a ser fenômeno linguístico, mas um espaço de conflito, onde se disputa o direito à voz e à presença.

Como aponta Orlandi (2001):

Não há corpo que não esteja investido de sentidos e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos de subjetivação, nos quais as instituições e as suas práticas são fundamentais, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos (Orlandi, 2001, p. 10).

A partir dessa compreensão, pode-se afirmar que todo corpo carrega consigo um regime discursivo que o legitima ou o desautoriza; e aqueles que desafiam as normas – seja pelo gênero, pela sexualidade ou pela fala – enfrentam o peso de uma sociedade que exige conformidade.

Ser gago foi como ser atingido por uma onda de desconcerto e isolamento, um impacto que me lançou em um território de incertezas, onde cada palavra parecia ser carregada por um peso que não conseguia enxergar, mas que ainda assim era esmagador. A comunicação, que para tantos parecia uma habilidade natural e instintiva, para mim se tornou um campo minado: cada sílaba era um obstáculo, cada pausa involuntária era um convite à impaciência alheia; cada tentativa de fala se transformava em um duelo com minhas próprias inseguranças. Não era uma dificuldade técnica; era um constante jogo de expectativas frustradas, um lembrete persistente de que minha voz, tal como era, destoava do mundo que me rodeava.

A gagueira transformava interações cotidianas em batalhas silenciosas travadas no interior das hesitações. O medo do julgamento pairava sobre mim como uma sombra onipresente, moldando gestos, escolhas e até mesmo a forma como eu ocupava os espaços. Cada olhar de impaciência, cada riso contido ou palavra interrompida por outra pessoa, que achava mais fácil concluir a frase do que esperar que eu a terminasse, era um lembrete doloroso de que minha diferença era visível, audível, inegável. A sociedade exige fluidez, nas falas, nos discursos, nos corpos, nos desejos, e que qualquer desvio desse ideal era encarado como uma falha a ser corrigida ou um incômodo a ser tolerado.

A articulação entre a concepção de desvio, conforme exposta por Becker (2019), e a teoria do estigma desenvolvida por Goffman (1975), reforça a compreensão de que a fluência é mais do que um atributo comunicativo, trata-se de um dispositivo normativo imposto socialmente. A exigência da fluência como marcador de normalidade demonstra como corpos e vozes são regulados dentro de uma lógica que hierarquiza e exclui. Sob essa perspectiva, o conceito de fluidocentrismo contribui para essa discussão ao evidenciar que a fluência compulsória marginaliza sujeitos que gaguejam e opera como um mecanismo de controle sobre a produção discursiva e a constituição identitária.

Dizem que a boca é o portal da verdade, mas a minha tropeça antes de atravessar. Minha língua, desobediente, dança hesitante entre sílabas truncadas, tropeçando na norma que exige fluidez, deslize, clareza. Meu corpo, por sua vez, não escapa da coreografia imposta: deveria marchar reto, firme, desejando o que lhe foi designado. Como argumenta

Preciado (2018), o corpo é uma ficção tecnopolítica, e o meu corpo se recusa a seguir o roteiro.

Ser gago é falhar na fala. Ser viado é falhar no desejo. No tribunal da moralidade, sou condenado em duplicidade. No fundo da língua, um nó. No fundo do peito, outro. A partir Butler (2000, p. 121), que afirma que “a performatividade não é, assim, um “ato” singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas.”, eu me pergunto: o que acontece quando essa repetição falha? Quando o corpo hesita entre vogais, quando o desejo escapa dos trilhos esperados? Ser falho não é um desvio, mas um ato de resistência.

Me ensinaram que a fala deve fluir, e o desejo, endireitar-se. Mas minha voz tropeça, meu corpo desvia. Sou um corpo que interrompe. Um corpo que atrasa. Um corpo que incomoda. Muñoz (2009, p. 127, tradução própria) nos con-convida a pensar o *queer* como um horizonte utópico: “Podemos chamar essa nova temporalidade de uma futuridade *queer*, onde o futuro é um local de potencialidade infinita e imutável.” E talvez, na hesitação da minha voz e na inclinação do meu desejo, eu já esteja habitando esse futuro.

Mas há dias em que o peso do erro me curva. Há dias em que cada sílaba que recuso ao mundo volta contra mim como um eco cruel, como se a própria voz fosse um inimigo interno. Há dias em que o desejo, ao invés de libertação, se torna um labirinto onde me perco. O que significa existir num corpo que não se encaixa nem na norma da fala, nem na norma do amor? O que significa ser um espectro vagando entre as fronteiras da linguagem e do desejo, sempre à margem do discurso e da aceitação?

As risadas que explodem quando minha boca se detém. Os olhares que atravessam meu corpo como uma sentença muda. Mas também carrego arquivos de desejo, de invenção, de possibilidade. O erro da minha fala é um portal para novas formas de dizer. O desvio do meu corpo é um convite para novas formas de existir. Que o tropeço da língua seja um poema. Que o desejo fora do eixo seja um mapa para o futuro.

Se minha língua falha, que seja como um gesto de rebeldia. Se meu corpo erra, que seja para inventar novas direções. A fluidez nunca foi minha aliada. O desvio sempre foi meu caminho. No embaraço da minha voz, na curvatura do meu desejo, encontro uma outra gramática, um outro tempo, um outro mundo possível. E ali, na hesitação e no desvio, descubro que a falha não é ausência. A falha é excesso. A falha é potência. A falha é o próprio ato de escrever-se vivo.

E, um a um, desato esses nós, com a língua que tropeça, mas não desiste de amar. Com o corpo que desvia, mas diz o que precisa, do jeito que a fala ousar nascer.

<sup>3</sup> Tradução do Autor. No original: “We can call this new tempo rality one of queer futurity, where the future is a site of infinite and im mutable potentiality” (Muñoz, 2009, p. 127).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, argumentei que a fluência é menos um atributo individual do que um regime normativo que governa corpos e vozes, produzindo hierarquias comunicacionais que recaem com particular força sobre sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade. A autoetnografia mostrou que a gagueira, quando lida através dos enquadramentos do capacitismo e do fluidocentrismo, não pode ser compreendida como mero “déficit” biomédico: ela opera como marcador social da diferença, acionando tecnologias de controle, vigilância e correção que atravessam escola, família, clínicas, espaços públicos e íntimos. Reconstituir essas tramas evidenciou que a disfluência, articulada a raça, gênero e sexualidade, é frequentemente moralizada como “falha”, mecanismo que sustenta a inteligibilidade de um ideal de fala contínua e de uma masculinidade disciplinada.

Do ponto de vista teórico, a articulação entre estigma e desvio (Goffman, 1975; Becker, 2019), performatividade (Butler, 2008), crítica *crip* (Mcruer, 2006, 2024; Kafer, 2013) e biopolítica (Foucault, 1975) permitiu historicizar e politizar a exigência de fluência, situando-a como dispositivo. No plano ético-político, deslocar o foco da “correção” para a acessibilidade comunicacional indica um giro: do imperativo terapêutico de normalização para a construção de ambientes, ritmos e interações que acolham tempos de fala, hesitações e pausas como parte legítima da linguagem. Esse deslocamento implica rever práticas clínicas, protocolos escolares e expectativas institucionais, incorporando diretrizes anticapacitistas e antirracistas que não convertam a diferença em déficit.

Enquanto gesto metodológico, a autoetnografia evidenciou potências e limites. Ao mesmo tempo em que aprofunda a análise situada do “tempo da fala” e de sua economia afetiva, não substitui investigações multi-situadas com outros interlocutores. Pesquisas futuras podem explorar comparativamente experiências de homens negros que gaguejam em diferentes regiões, classes e gerações, bem como etnografar dispositivos institucionais (consultórios, mídias, templos) onde a fluência é cobrada, negociada ou recusada. Outra frente promissora envolve estudos de práticas artísticas e midiáticas que estetizam a pausa e a repetição, convertendo a “falha” em linguagem.

Se, como sugere a crítica *queer*, o desvio pode abrir horizontes de futuridade, a disfluência aqui analisada propõe uma outra gramática para a vida comum. Reivindicar o direito à pausa, ao tropeço e ao silêncio é também reivindicar formas de presença pública que não sejam pautadas pela produtividade temporal hegemônica. Em vez de “consertar” a voz, trata-se de reorganizar os mundos da escuta. O que está em jogo não é apenas quem fala, mas que modos de atenção desejamos cultivar.

Por isso, a conclusão não é um ponto final, mas um convite: transformar a gagueira de “falha moral” em ética do cuidado dos tempos; fazer do desvio uma política de linguagem; e inscrever na paisagem institucional dispositivos que garantam participação, respeito e

dignidade às vozes que interrompem, hesitam e, justamente por isso, nos ensinam a ouvir de novo.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BUTLER, Judith. “Corpos que pesam”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.
- ELLIS, Carolyn; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography, Personal Narrative, Reflexivity: Researcher as Subject. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **Handbook of Qualitative Research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 733-768.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. **Staring**: How We Look. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- KAFER, Alison. **Feminist, Queer, Crip**. Bloomington: Indiana University Press, 2013.
- McRUER, Robert. **Crip Theory**: cultural signs of queerness and disability. New York: New York University Press, 2006
- McRUER, Robert. **Teoria Crip**: signos culturais entre o queer e a deficiência. Tradução de coletivo de 13 acadêmicos. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2024.
- MUÑOZ, José Esteban. **Cruising utopia**: the then and there of queer futurity. New York: New York University Press, 2009.
- O DISCURSO do rei**. Direção: Tom Hooper. Reino Unido, Austrália, Estados Unidos: See-Saw Films, 2010. 1 filme (118 min), son., color.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: Formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1, 2018.
- ST. PIERRE, Joshua. The Construction of Fluency. **Disability Studies Quarterly**, v. 35, n. 1, 2015.

VAN RIPER, C. **The nature of stuttering**. 2. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall Inc, 1982.

Recebido em: 10/09/2025

Aceito em: 18/03/2026